

Quando um general passa a ser chamado de caudilho: observações, análises e vocabulários políticos dos diplomatas do Império brasileiro na Argentina (1870-1876)

Gabriel Passetti¹

Resumo: O artigo analisa os ofícios enviados pelos diplomatas do Império brasileiro em Buenos Aires, entre 1870 e 1876. A esse corpo documental tão tradicional, foram levantadas novas questões, em especial sobre como aqueles representantes de uma monarquia observaram e analisaram uma sociedade republicana e a sua política doméstica. Para tal, o foco recaiu sobre a última revolta federalista naquele país, comandada por Ricardo López Jordán, na província de Entre Rios. A partir da comparação entre as formas de descrever aquele movimento político-militar por diferentes remetentes, o objetivo foi identificar padrões de descrição da política e o uso do vocabulário político “caudilho”. Foi possível verificar que, ao longo das diferentes fases daquela sublevação, os diplomatas sempre descreveram ao líder revoltoso como “General”, recorrendo ao termo pejorativo “caudilho” somente após a sua derrota.

Palavras-chave: Diplomacia; Império brasileiro; Argentina; Caudilho; Ricardo López Jordán

When a general is called caudillo: remarks, analyses, and political vocabulary of the diplomats of the Brazilian Empire in Argentina (1870-1876)

Abstract: This article analyzes the letters sent by diplomats of the Brazilian Empire in Buenos Aires, between 1870 and 1876. New questions were raised to such traditional documents, especially about how those representatives of a monarchy observed and analyzed a republican society and its domestic policy. It was focused on the last federalist revolt in that country, led by Ricardo López Jordán, in the province of Entre

¹ Doutor em História Social (USP). Professor de História das Relações Internacionais no Instituto de Estudos Estratégicos da UFF. Este texto apresenta resultados preliminares de pesquisa financiada com bolsa Produtividade em Pesquisa CNPq e bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado Faperj. Endereço para contato: Al. Prof. Barros Terra, s/n, 2º andar. Valonguinho, Centro, Niterói-RJ. ORCID: 0000-0001-8311-5396 E-mail: gabrielpassetti@id.uff.br.

Rios. The comparison between the accounts of that political-military movement by different senders aimed to identify patterns of description of the policy and the use of the political vocabulary “caudillo”. We found that the diplomats always described the revolting leader as a “General”, resorting to the pejorative term “caudillo” only after his defeat.

Keywords: Diplomacy; Brazilian Empire; Argentina; Caudillo; Ricardo López Jordán

Artigo recebido em: 25/02/2022

Artigo aprovado para a publicação em: 14/04/2022

Apresentação

Na região do rio da Prata, no século XIX, os processos de disputa política e de consolidação dos Estados foram marcados pela recorrência às armas e aos votos, pelos debates públicos e pelos combates armados. Muitos líderes desses movimentos, de origem militar, foram chamados de caudilhos, termo do vocabulário político do momento, mas que também logo se tornou uma categoria analítica historiográfica.

A Guerra da Tríplice Aliança (ou do Paraguai), entre 1864 e 1870, é um marco nesse processo e significou não apenas o auge dos embates políticos regionais (DORATIOTO, 2002), como também a superação desse modelo. Os anos imediatamente posteriores ao fim do conflito foram marcados por uma série de tensões, rebeliões, golpes e acomodações até a consolidação das novas forças políticas na região (PASSETTI, 2021).

Esse processo foi acompanhado com muita atenção pela diplomacia imperial brasileira e seus agentes sediados em Buenos Aires. Este artigo analisa o período entre o final da guerra e as assinaturas dos últimos tratados entre os beligerantes (1870-1876) por meio dos ofícios enviados pelos representantes do Império brasileiro em Buenos Aires. Nessas fontes, não foram buscados os meandros das negociações diplomáticas entre os Estados, mas sim como aqueles homens observaram e analisaram levantes político-militares contra o governo nacional e centralizado argentino.

Ao longo daqueles anos, ocorreram três levantes na rica província de Entre Rios, comandados por um general logo proclamado governador, Ricardo López Jordán. A historiografia tradicional classificou aquele homem como “caudilho entrerriano” (VÁSQUEZ, 1937) e a historiografia revisionista o chamou de “o último caudilho em

armas” (NEWTON, 1974). A análise da documentação diplomática brasileira demonstra como tal vocabulário circulou à época, bem como seus usos entre aqueles representantes do Império sediados em Buenos Aires. Em seus ofícios, é possível verificar a intensidade da atenção desviada aos temas de política doméstica. Também é possível encontrar um olhar conservador crítico às instabilidades políticas e comparar os diferentes diplomatas correspondentes.

O artigo primeiramente informa o contexto da chamada “rebelião jordanista”, depois apresenta os diplomatas brasileiros lotados em Buenos Aires no período, para depois comparar a forma como eles narraram as eclosões, os desenvolvimentos e as conclusões de cada fase daquele movimento político-militar. São analisados os vocabulários utilizados e suas conexões com o entendimento sobre política e sociedade das elites do Império brasileiro.

Ricardo Lopez Jordán, “o último caudilho federal”

Em 11 de abril de 1870, menos de um mês e meio após o fim formal da Guerra da Tríplice Aliança, com o assassinato do presidente paraguaio, um grupo armado invadiu o palácio San José, residência do governador da rica província argentina de Entre Rios. Lá estava Justo José de Urquiza, autoridade máxima local há três décadas, ex-presidente da Confederação Argentina e um dos principais homens da política daquele país naqueles tempos. Ali mesmo ele recebeu tiros e punhaladas. Segundo os relatos orais que circularam à época, morreu sob os gritos de “Abaixo ao traidor Urquiza! Viva López Jordán!” (PÉREZ, 2020).

Dois dias depois, aquele que havia recebido as vivas era declarado governador pelo legislativo provincial. Filho homônimo de um general que também chegou a comandar a província, mas que se tornou desafeto e logo foi preso pelo poderoso governador portenho Juan Manuel de Rosas, o novo mandatário era também sobrinho do mítico líder independentista local Francisco Ramírez.

Nascido em 1822, Ricardo López Jordán se aproximou do governador da província, Justo José de Urquiza ainda jovem e participou ativamente de todas suas mais importantes ações militares do período. Esteve, por exemplo, nas tropas que, aliadas ao Império brasileiro, derrotaram o general uruguaio Manoel Oribe, em 1851, e

depois na grande coalizão que derrotou ao governador de Buenos Aires, no ano seguinte (SALDUNA, 2005, p. 25). Logo recebeu o título de comandante de armas da cidade de Concepción del Uruguay, naquela província de Entre Rios, tendo sido personagem central na defesa e coordenação das tropas da Confederação contra as portenhas naquela década.

Ele entrou para a política, sempre fazendo parte do Partido Federal, ligado a Urquiza. Foi eleito deputado nacional, em 1856, e depois se tornou ministro provincial quando seu padrinho político voltou a ser governador, em 1860. Segundo seus biógrafos das mais distintas linhas interpretativas, foi em 1861 que a relação entre os dois estremeceu, quando López Jordán era comandante das tropas na batalha de Pavón e não concordou com a retirada ordenada por Urquiza, fato que selou a derrota da Confederação e a vitória do unitarismo portenho.

Ao longo da década de 1860, ambos conviveram na política de Entre Rios. O governador controlava a política local, negociava aproximações gradativas com seus antigos adversários, os agora presidentes Bartolomeu Mitre (1862-1868) e Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874), enquanto o jovem militar articulava, sem sucesso, a oposição provincial. Ao longo da Guerra da Tríplice Aliança, a colaboração do governador na mobilização de tropas e seu não engajamento nas rebeliões provinciais contra Buenos Aires desgastaram a imagem de Urquiza entre os federalistas tradicionais, minando seu poder e dando força à imagem de um traidor.

As trajetórias dos dois políticos entrerrianos são associadas e comparadas pelos biógrafos. Entre aqueles vinculados à leitura liberal herdada do século XIX, como Beatriz Bosch, com seu *Urquiza y su tiempo* (1971) e Maria Amalia Duarte, com *Urquiza y López Jordán* (1974), construiu-se uma dicotomia entre o governador estadista, artífice e participante da construção do Estado Argentino, oposto pelo pensamento retrógrado, provinciano e violento de seu algoz. Esse tipo de leitura aparece também em biografias recentes, como *La rebelión jordanista*, de Bernardo Salduna (2005), um juiz provincial vinculado à *Unión Cívica Radical*.

A tal interpretação, opôs-se outra, oriunda do revisionismo histórico peronista. Fermín Chávez, um prolífico pesquisador dessa linha, foi o autor de uma série de biografias dos chamados caudilhos, entre elas *Vida y muerte de López Jordán* (1957).

Esta apresentou uma nova interpretação daquele político e militar, marcada pela defesa dos interesses do interior contra o poder e o controle de Buenos Aires, pelo vínculo próximo entre o comandante e seus comandados em um tipo de democracia agrária e popular. Esse tipo de interpretação ganhou muito espaço no Prata e está, por exemplo, na mais recente biografia publicada sobre nosso personagem, *López Jordán: el último federal*, de Francisco Senegaglia (2018).

Ricardo López Jordán foi transformado em um dos exemplos do caudilhismo. Para liberais e federais, ele foi um caudilho. Para uns, esta era a pior ofensa, para outros, este era o maior elogio. As origens desse debate remetem a meados do século XIX, aos contemporâneos.

O debate sobre o caudilhismo na moderna historiografia argentina tem com marco a publicação de *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*, coletânea organizada por Noemí Goldman e Ricardo Salvatore (2005). A partir dali, uma renovação dos debates sobre as fontes e os agentes políticos, sobre as conexões entre aqueles personagens e as populações, procurou se afastar dos modelos dicotômicos herdados do século XIX (DI MEGLIO e FRADKIN, 2013; SCHMIT, 2015).

Maristela Svampa, em ensaio no já clássico livro, defende que, no século XIX, o termo caudilho foi associado ao caudilhismo, a uma dimensão irracional do fenômeno social e político, à antinomia do moderno, à imagem da desordem, do tumulto, da crueldade e da violência pelos liberais e unitários, seus adversários políticos (SVAMPA, 2005, p. 52).

O termo era depreciativo, sendo associado pelos liberais aos federais, sendo que estes não se apresentavam como caudilhos, mas apenas como federais. Foi apenas nos debates intelectuais do século XX, oriundos do revisionismo e da construção de uma nova imagem de Juan Manuel de Rosas, em especial a partir dos anos 1940, que se resgatou com viés positivo aquele termo, associando “caudilho” a “federal”. Transformados quase em sinônimos, e em corte favorável, esses vocabulários políticos da época foram também vocabulários das disputas políticas do século XX, associados pelo revisionismo a um projeto nacional popular combatido e derrotado. Depois, ainda foram incorporados como categoria analítica pela historiografia.

De maneira semelhante, os homens que lutaram ao lado dos caudilhos foram também identificados com a barbárie e ignorância por seus adversários políticos do século XIX. Os *gauchos* reunidos compunham uma *montonera*, termo originado da expressão *um montón de gente* (SALDUNA, 2005, p. 54), ao descontrole e à violência. No entendimento dos liberais, aqueles populares eram apenas homens do campo rudes e manipulados por um chefe autoritário e violento, sem interesses ou maiores entendimentos do processo político.

Tal interpretação foi questionada e desconstruída pela historiografia recente. Na análise de Ariel de la Fuente (2007), os grupos populares se associaram às lideranças “caudilhescas” a partir de entendimentos sobre proximidades identitárias e políticas, marcadas pela oposição aos liberais e unitários. Na análise do caso da chamada rebelião de López Jordán, Mariana Pérez (2020) demonstra como o discurso político oficial do novo governador proclamavam a legalidade e a estabilidade, enquanto os panfletos e jornais populares destinados à mobilização reivindicavam o federalismo e o combate aos unitários portenhos, de forma muito semelhante à encontrada por De La Fuente na província de La Rioja.

Os estudos sobre cultura política em Entre Rios nas décadas de 1860 e 1870, como os de Pérez, ainda não raros. Além do já referido, as pesquisas de Mónica Alabart (2015 e 2021), Raquel Bressan (2018) e Julio Djenderedjian (2013), são indícios de uma interessante renovação historiográfica em curso.

A rebelião jordanista (1870-1876)

O assassinato do mais renomado e poderoso líder do Partido Federal foi uma atitude politicamente extrema, ousada e desesperada, entendida pela historiografia como um dos atos finais daquele grupo político.

A trajetória política do governador fez com que seu assassinato fosse lamentado em Buenos Aires, mas sem a mobilização pública esperada para um político de tal envergadura e ex-presidente. Tendo sido aliado de Juan Manuel de Rosas na década de 1840 e depois o principal nome de resistência aos portenhos na década seguinte, sua morte alcançou pouca repercussão na imprensa local. Talvez a expressão utilizada pelo diplomata brasileiro Antônio Pedro de Carvalho Borges sobre o caso ajude a explicar a

fria recepção à notícia: “o triste sucesso veio provar que realmente o velho caudilho se havia convertido em um grande elemento de ordem para a República”². Para ele, era um caudilho e, assim sendo, a antítese das elites de Buenos Aires, mas peça importante na política da república.

Segundo Mónica Alabart e Mariana Pérez (2021), os debates nos jornais após o assassinato focaram mais no esforço de entendimento sobre os motivos para tal ação extrema que em notas de repúdio ou lamento. As principais hipóteses levantadas giravam em torno daquela versão que se sedimentou na historiografia, sobre a insatisfação do federalismo com sua aproximação do Governo Nacional. Havia também oposição a seu apoio à Guerra da Tríplice Aliança, assim como a sua política personalista e centralizada.

Outra interpretação, muito disseminada, associava a conspiração de Ricardo López Jordán a um pacto com os *Blancos* uruguaios, já que Urquiza não teria o deixado se organizar em Entre Rios para invadir o país vizinho. Naquele momento, havia muita tensão social e política entre os dois tradicionais partidos. Em setembro daquele ano, ainda durante a primeira rebelião jordanista, eclodiu a guerra civil na outra margem do rio Uruguai, a chamada Revolução das Lanças, de Timoteo Aparicio, finalizada em abril de 1872.

Essa interpretação que associa o levante em Entre Rios à política regional foi também a enviada pelo diplomata brasileiro à Corte, já que tal caminho interpretativo se alinhava à própria leitura e às preocupações do Império sobre a política platina: “parece fora de dúvida que a revolução em Entre Rios é uma combinação com os *blancos* do Estado Oriental”³.

A compreensão daquele movimento armado e de sua intensidade não pode, no entanto, ficar restrita apenas às disputas e intrigas da política palaciana. Julio Djenderedjian (2013) analisou as transformações econômicas naquela província na década de 1860 e concluiu ter ocorrido, em 1870, uma “tempestade econômica

² Antônio Pedro de Carvalho Borges para Barão de Cotegipe. 17/04/1870. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

³ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Barão de Cotegipe. 17/04/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14. Grifo no original.

perfeita”. Segundo ele, alterações no acesso à terra, a criação de impostos provinciais e um choque de preços dos produtos pecuários levaram a crise a Entre Rios.

Segundo ele, com a unificação e a centralização das rendas alfandegárias em Buenos Aires, o governo provincial precisou estabelecer novas formas de arrecadação e o principal deles foi sobre a terra. Ao fazê-lo, atingiu diretamente grandes, médios e pequenos proprietários com um novo tipo de cobrança, agora direto, no lugar de outro tradicional e indireto, na exportação. Para conseguir colocar em prática tal política, foi necessário realizar o recadastramento das propriedades que, além de gerar custos, tirou dos chefes militares a possibilidade de garantir fidelidades por meio da distribuição de terras públicas. Ao mesmo tempo, sem territórios para onde expandir a pecuária (diferentemente das concorrentes províncias de Buenos Aires, Córdoba e Santa Fé sobre os territórios indígenas), o preço da terra subiu em Entre Rios.

De forma complementar, a contínua mobilização de tropas para combater as rebeliões federalistas e depois a guerra no Paraguai despovoaram o campo e fizeram rair a mão de obra, encarecendo-a. Para finalizar, uma crise financeira de origem europeia atingiu os principais mercados dos produtos exportados – quase que exclusivamente derivados da pecuária – atingindo os preços dos produtos. Para o referido autor, ao final de 1869 as elites econômicas entrerrianas estavam sufocadas economicamente, muitos comerciantes falidos e as massas camponesas haviam perdido rendas, acesso às terras e estavam insatisfeitas com a mobilização militar para atividades entendidas como dos portenhos. Nessa situação de crise econômica e social, a liderança de Urquiza estava sendo questionada e houve espaço para não apenas um golpe palaciano como uma guerra civil, a “rebelião jordanista”.

Essa conjuntura econômica talvez explique sua impressionante adesão popular. Em uma província com população adulta masculina que não chegava a 30.000 pessoas, foram mobilizados entre 6.000 e 14.000 soldados, a depender da fonte (DJENDEREDJIAN, 2013). Além dos aspectos econômicos já sinalizados anteriormente, é importante destacar como a vinculação dessas massas ao federalismo e sua oposição às políticas portenhas e liberais foram centrais. Segundo Mariana Pérez,

É muito provável que a identificação do jordanismo com o federalismo como repositório de uma identidade anti-portenha e anti-unitária tenha sido a ideia

aglutinadora que lhe deu principal base de apoio popular ao movimento, uma vez iniciada a guerra contra o governo nacional (PÉREZ, 2020, p. 397)⁴.

No entanto, esta mesma historiadora demonstra como essa política identitária foi fluida e diversa. Se o federalismo foi acionado para a mobilização das massas contra a reação governamental, o mesmo não se pode dizer sobre os discursos oficiais do novo governo, destinados às elites locais e nacionais. Nestes, não se recorria ao federalismo, mas à legalidade do novo governo e à ilegalidade da intervenção colocada em prática por Sarmiento. Naquele momento de novos acordos políticos, a unificação não era questionada, mas sim a intromissão na província (PÉREZ, 2020, p. 383).

O ponto-chave para a compreensão da “rebelião jordanista” foi a opção do governo nacional de intervir militarmente na província, diferentemente do que havia ocorrido em outras situações semelhantes. Em 23 de abril, López Jordán declarou a guerra contra a ocupação militar e, dois dias depois, Sarmiento decretou o estado de sítio e o envio de mais tropas. Ao longo dos próximos onze meses, esse foi o principal assunto no noticiário nacional e regional. Enquanto as tropas *nacionales* estavam mais bem armadas e treinadas – consequência da guerra contra o Paraguai –, os jordanistas conheciam o terreno, tinham o apoio popular e se encontravam também em número bastante elevado, mas evitavam o confronto direto. Ao longo desse tempo, houve infrutíferas tentativas de mediação e o envio de cada vez mais tropas até a vitória em março de 1871, quando o chefe militar derrotado partiu para o exílio na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, no Império brasileiro, acompanhado de aproximadamente seis mil homens.

Tal presença maciça do outro lado do rio Uruguai colocou em constante ameaça o novo governo provincial e deixou ainda mais tensas as relações com o governo do Império brasileiro (BRESSAN, 2018). Aos olhos de muitos em Buenos Aires, o monárquico país vizinho não apenas dava acolhida a López Jordán, como o armava e instigava, com o objetivo de desestabilizar e eventualmente fragmentar a Argentina (SALDUNA, 2005, p. 381). Quando, em março de 1872, o Barão de Cotegipe assinou

⁴ Todas as traduções de citações da historiografia são de nossa autoria.

um tratado de paz em separado com o Paraguai, em desacordo com o estabelecido no Tratado da Tríplice Aliança de 1865, multidões clamaram por guerra em Buenos Aires.

Em maio de 1873, López Jordán voltou a Entre Rios e teve início a segunda “rebelião jordanista”. Esta durou até dezembro daquele ano e foi, mais uma vez, marcada por uma guerra de mobilidade por parte dos entrerrianos, contra a qual foram utilizadas tropas nacionais e os mais novos inventos da guerra, como os rifles. No entanto, ao longo de todo o período, perduraram acusações sobre o ministro de Guerra e Marinha, Martín de Gainza, de que estaria evitando um confronto direto enquanto tentava articular uma aliança com os adversários para as campanhas eleitorais do ano seguinte. Ao fim, a aliança não se concretizou, as tropas *nacionales* venceram e houve mais uma fuga do comandante, com novo refúgio em Santana do Livramento.

Por fim, em novembro de 1876, houve a terceira e última tentativa de tomada do poder por parte desse chamado pela historiografia como “o último caudilho em armas”. Esta última ação teve menos de um mês de duração e culminou, em dezembro daquele ano, com sua prisão. Três anos depois, ele conseguiu fugir do cárcere e pediu exílio no Uruguai, onde viveu até 1888, quando foi anistiado pelo governo argentino. Em 22/06/1889, foi assassinado na rua, em Buenos Aires.

Os diplomatas brasileiros em Buenos Aires após a Guerra da Tríplice Aliança

A legação na Argentina era uma das mais estratégias à época para o Império. Não reunia o prestígio das representações na Europa ou em Washington, mas era central na política externa brasileira e ponto de convergência da geopolítica no Prata. Aqueles designados para tal posto, para Montevideú e Assunção, naqueles anos, trabalhavam em conjunto, além de que muitas vezes houve circulação de diplomatas de uma para outra.

Após o encerramento formal da guerra contra o Paraguai, em março de 1870, o Império manteve suas tropas naquele país e a Marinha em Assunção, sob a alegação de que era preciso organizar o país, o que argentinos entenderam como a construção de um protetorado (CISNEROS e ESCUDÉ, 2000). A permanência das forças armadas lá não apenas constringia os países vizinhos – já que a rota de retorno para o Brasil passava pelas capitais da Argentina e do Uruguai – como também possibilitou uma série de

interferências na política paraguaia ao longo dos anos, para garantir os interesses do Império (PASSETTI, 2021).

A crise entre os antigos aliados se instalou em março de 1872, quando o ministro extraordinário e plenipotenciário do Império, o Barão de Cotegipe, assinou uma paz em separado com o Paraguai, em desacordo com o que havia sido estipulado pelo Tratado da Tríplice Aliança, de 1865. A partir de então, acusações mútuas de ingerência no Paraguai e no Uruguai e constantes receios de eventuais articulações do Império contra a unidade argentina circulavam na imprensa de Buenos Aires e das províncias (SEGATTO, 2017). O distencionamento somente chegou em fevereiro de 1876, com a assinatura definitiva das pazes entre Argentina e Paraguai, com a concordância brasileira.

Naqueles tensos anos de intensa correspondência diplomática e muita negociação, seis foram os representantes brasileiros a responderem pela legação e enviarem ofícios à Secretaria de Negócios Estrangeiros no Rio de Janeiro. Ao longo os últimos anos da guerra, e até 1871, esteve à frente da legação Antonio Pedro de Carvalho Borges⁵, agraciado, em 1881, com o título de Barão de Carvalho Borges.

Após sua saída, assumiu o posto Domingos José Gonçalves de Magalhães⁶, o poeta-diplomata, logo transformado em Barão de Araguaia (OLIVEIRA, 2018, p. 236). Ele cumpriu missão, entre 1873 e 1874, em Assunção, nas negociações dos tratados entre aquele país e a Argentina e depois retornou a Buenos Aires. Ao ser transferido para o Vaticano, em julho de 1874, teve seu título de nobreza elevado para Visconde.

Ao longo do tempo em que Gonçalves de Magalhães esteve no Paraguai, a legação ficou durante breve período (maio e junho de 1873) sob a responsabilidade do

⁵ Antônio Pedro de Carvalho Borges foi representante do Império no Uruguai (1853-1854), EUA (1858-1859), Nova Granada e Venezuela (1859-1861), Paraguai (1861-1862), Chile (1862-1863) e Bolívia (1863-1866), até assumir a legação na Argentina (1867-1871). Depois desta passagem, retornou aos EUA (1871-1880) e encerrou sua carreira, como muitos colegas, atuando na Europa, no Império Austro-Húngaro (1881-1884) e em Portugal (1885-1888).

⁶ Domingos José Gonçalves de Magalhães teve longa carreira diplomática, paralela às suas produções literárias. Foi o representante do Império no Reino das Duas Sicílias (1847-1854), Reino do Piemonte-Sardenha (1854-1857), Paraguai (1857-1858), Espanha (1858-1859), Império Austríaco (1859-1867), EUA (1867-1871), Argentina (1871-1874) e na Santa Sé (1874-1882).

Cônsul brasileiro em Buenos Aires (João Adrião Chaves⁷), até a chegada de Alfredo Sergio Teixeira de Macedo⁸ como Encarregado de Negócios Interino (junho a setembro de 1873). Após a partida do Barão para o Vaticano e até a chegada do próximo Ministro, o secretário Luiz Augusto de Pádua Fleury respondeu pela legação (PASSETTI, 2020). Em dezembro de 1876, Antônio José Duarte de Araújo Gondim⁹, já Barão de Araújo Gondim, assumiu a legação, sendo o último diplomata a ter ofícios aqui analisados.

A análise da trajetória daqueles representantes do Império indica padrões muito semelhantes. Todos eles eram homens e brancos, originavam-se das elites econômicas e reuniam anos de ensino formal. Todos os que tiveram cargo de Ministro possuíam ensino superior e podem ser enquadrados na tipologia elaborada por José Murilo de Carvalho (2003) sobre as elites administrativas do Império por uma formação semelhante.

Eles haviam sido selecionados para cargos muito específicos na administração pública, já que representavam o imperador no exterior. Eles precisavam ser da mais alta confiança e havia a certeza de que coincidiam com o ideário conservador, mesmo se fosse oriundo de família relacionada com o Partido Liberal (MATTOS, 1990). Para aqueles homens, o regime monárquico era a antítese do republicano e este, presente no país em que viviam, era caracterizado pela instabilidade, desordem, caos e barbárie (PRADO, 2001).

No entendimento das elites imperiais, segundo Ilmar Mattos, imperava no regime monárquico

noção de neutralidade, que desqualifica o exercício da política e ressalta a prática administrativa (...). Teríamos, então, num dos extremos os deputados

⁷ João Adrião Chaves foi o chefe de saúde da Marinha Imperial na guerra contra o Paraguai, a partir de 1869 e presidente do Conselho de Medicina e Higiene Pública (1870). Em 1872, assumiu o consulado em Buenos Aires. Cf. Arquivo Nacional, registro de autoridades, disponível em <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/chaves-joao-adriao-chaves-1834-1890>

⁸ Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo respondeu pelas legações imperiais na Rússia (1864-1865), Venezuela (1872), Paraguai (1873), Bélgica (1880-1882), Espanha (1882-1884), Bolívia (1884-1885), Espanha (1885), Rússia (1885-1890) e Santa Sé (1892-1893).

⁹ Antônio José Duarte de Araújo Gondim foi Ministro do Império nos EUA (1851), Chile (1859-1861), Espanha (1861-1867), Império Austro-Húngaro (1867-1868), Uruguai (1868-1873), Paraguai (1873-1874) e então na Argentina (1876-1884).

gerais (...) no outro extremo, o imperador. No primeiro dos extremos, o máximo de política, entendida como “paixões partidárias”, incontáveis porque ligadas aos interesses locais, mesquinhos e imediatistas; no outro extremo, a ausência de política, o predomínio da razão, dos interesses gerais que se confundem com os interesses da Pátria (MATTOS, 1990, pp. 188-189).

Nesse pensamento conservador do Império brasileiro, a política republicana era necessariamente instável, já que suscetível às disputas entre os partidos. Essa forma de entender a política era carregada pelos diplomatas. Para eles, as disputas eleitorais levavam à instabilidade e à desordem e, muitas vezes, à violência (PASSETTI, 2022). Ao longo da rebelião jordanista, muitas vezes aqueles representantes de D. Pedro II associaram a revolução ao jogo político-partidário local, aproximando a noção de desordem ao regime de governo e suas disputas. Para eles, a materialização da violência partidária republicana eram os caudilhos.

Violência política, desordem e instabilidade nos ofícios dos diplomatas

A análise da documentação diplomática brasileira sobre as três fases da rebelião jordanista demonstra descrições bastante semelhantes entre os diferentes representantes do Império. Assim, a documentação será apresentada de acordo com os três momentos desse tipo de movimento: eclosão, ações político-militares e conclusão. Serão comparadas as formas como cada um desses momentos foi descrito em cada fase da rebelião, em 1870-1871, em 1873 e 1876.

Cada eclosão do movimento armado foi anunciada pelo representante imperial de plantão como desordem, violência e iminência de perdas materiais. Antônio Pedro de Carvalho Borges preocupava-se, em 1870, com a possibilidade de retorno da instabilidade:

A morte de Urquiza, que seria em todo caso um acontecimento grave nesta República, torna-se pelas circunstâncias que a acompanharam, um fato de que pode seguir-se a renovação das antigas lutas civis neste país, e um transtorno em todo o Rio da Prata¹⁰.

¹⁰ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Barão de Cotegipe. 17/04/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

Sua análise da situação política associava o assassinato do governador e ex-presidente ao período de mais aguda violência política na Argentina, sem, no entanto, recorrer aos vocabulários “caudilho”, “gaucho” ou “montonera”. Ele associava a violência política à instabilidade, com potencial para se disseminar por toda a região, pouco após o fim da longa e custosa guerra contra o Paraguai. Ele estava pessimista e, uma semana depois, voltava a escrever à Secretaria de Negócios Estrangeiros para informar que “a situação da República é, portanto, ainda bastante crítica”¹¹.

Quando da eclosão da segunda fase da rebelião jordanista, em 1873, o Barão de Araguaia estava em Assunção e ainda não havia chegado o Ministro Interino, então, o cônsul do Império em Buenos Aires, João Adrião Chaves, respondia temporariamente pela legação. Sua análise está marcada por preocupações sobre o desenrolar dos acontecimentos:

Este movimento revolucionário responde ao plano de invasão do General Lopez Jordán, que há muito tempo se estava crendo como iminente pela imprensa diária desta cidade (...). Durante os dias da semana santa, uma fração dos sediciosos cometeu todo gênero de depredações em Gualeguay, enchendo de terror os povos circunvizinhos a este. Isto era o começo dos horrosos acontecimentos que mais tarde deviam desenrolar-se¹².

Os termos por ele empregados foram mais incisivos que aqueles utilizados por Antônio Pedro de Carvalho Borges. As ações dos revoltosos, acusados de sedição, eram as mais terríveis e violentas, causando “terror” e “horror”. Para ele, o emprego da violência para a conquista do poder era execrável e sua consequência eram as “depredações” e violências.

Por fim, a última fase da rebelião, em fins de 1876, foi acompanhada por Luiz Augusto de Pádua Fleury, secretário da legação. Já antes da eclosão do movimento, ele escreveu à Corte se mostrando bem-informado:

¹¹ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Barão de Cotegipe. 23/04/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

¹² João Adrião Chaves para Visconde de Caravelas. 04/05/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

As notícias políticas, nestes últimos dias, são extremamente desfavoráveis à prosperidade, de que tanto necessita a República Argentina. Fala-se de novo em Revolução em Entre Rios¹³.

É interessante verificar como o secretário da legação mantém esse tipo de análise associando a instabilidade política a problemas econômicos. Em fins de novembro, ele voltou a escrever para reforçar o que anteriormente havia escrito e para dar “notícia do estado alarmante, em que se achava este país com o receio de uma nova revolução” e confirmar que “é um fato oficial a invasão de Entre Rios por Lopez Jordán”¹⁴.

Mesmo quando não houve novo levantamento militar, a mera possibilidade de um retorno daquele comandante a Entre Rios trouxe discursos sobre o retorno da violência política, da instabilidade e da desordem, sempre comentados como possibilidades reais que poderiam atrapalhar o enriquecimento da Argentina. O Barão de Araguaia, por exemplo, em fins de 1871, escreveu sobre essa possibilidade, sendo mais um a reforçar a associação entre desordem e perdas econômicas:

O estado de prosperidade material da República é inteiramente satisfatório. A colheita de trigo tem sido descomunalmente abundante e a exportação de lã se tem feito em larga escala. Não se pode dizer inteiramente o mesmo quanto a seu estado de tranquilidade. Houve apreensões de que a paz fosse perturbada em Entre Rios pelas ameaças de Lopez Jordán (...). Como se não fossem bastantes esses elementos de desordem, continuam os índios suas depredações frequentes¹⁵.

A observação e a análise das disputas políticas na República Argentina pelos diplomatas brasileiros ocorriam através de um olhar imperial (PRATT, 1999). Eles entendiam aquelas ações a partir dos conceitos de ordem, desordem, política, estabilidade e administração pública correntes entre as elites conservadoras do Império. Para eles, a instabilidade era inerente ao sistema republicano e levava à desordem e às perdas econômicas. Narrar os fatos dessa forma também era uma estratégia de reforço de seus lugares na estrutura ministerial e de sua fidelidade ao regime monárquico.

¹³ Luiz Augusto de Pádua Fleury para Barão de Cotegipe. 31/08/1876. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1876. Ofícios. Volume 205-4-4.

¹⁴ Luiz Augusto de Pádua Fleury para Barão de Cotegipe. 30/11/1876. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1876. Ofícios. Volume 205-5-4.

¹⁵ Barão de Araguaia para Manoel Francisco Correia. 14/12/1871. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1871. Ofícios. Volume 205-3-14.

Os seis anos que separam o primeiro levantamento e a terceira derrota oferecem a oportunidade para a análise dos distintos homens envolvidos na elaboração de informações sobre o que a historiografia denomina de rebelião. Também é possível comparar as narrativas sobre suas diferentes fases. Se os relatos sobre o início dos levantamentos estiveram marcados por críticas quanto à instabilidade política, associando a violência às perdas materiais, chama a atenção como o desenrolar dos acontecimentos foi sendo narrado.

À medida em que as tropas jordanistas ocuparam poucas vilas e cidades e estiveram em constante movimento, evitando embates e estes ocorrendo no campo, as descrições sobre violências não foram a tônica ao longo dos muitos meses dos três momentos da rebelião. Chama a atenção uma atitude distanciada sobre esses eventos e as sucessivas descrições sobre ações militares, ou sobre a falta delas, e críticas sucessivas à forma como o governo nacional não conseguia resolver a situação fosse pelas armas, fosse pelo diálogo.

Passado um semestre do início da primeira crise e sem muitos avanços para cada um dos lados, Antônio Pedro de Carvalho Borges criticava a incapacidade de repressão, já associando esta fraqueza ao sistema político e ao regime de governo. Para ele: “O Exército que ali mantém o Governo Nacional nada tem feito nestes últimos tempos (...). A contenda tem durado mais do que pensava o Governo Nacional, e o estado dela não permite ainda uma próxima conclusão”¹⁶. Ele considerava que o governo era ineficiente, desorganizado e incompetente, tudo fruto de seu regime político: “como nada se pode prever em assuntos políticos destes países, pouco ou nenhum valor teria qualquer juízo antecipado da Declaração do Presidente da República” sobre condições para negociar a paz.¹⁷ Em seus escritos sobre tal fase da crise, não se fala de perdas materiais, de instabilidades e desordens, mas das incapacidades repressivas do governo.

Quando da segunda crise, em 1873, o cônsul João Adrião Chaves também logo passou a focar mais nos aspectos bélicos que em desordem, caos, terror. Segundo ele, em fins de maio, por exemplo: “teve lugar um sério combate entre parte das forças que

¹⁶ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Barão de Cotegipe. 20/08/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

¹⁷ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Barão de Cotegipe. 08/11/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

guarnecem a praça do Paraná e as dos rebeldes jordanistas”¹⁸. Para ele, o que se passava era uma crise política em que havia também enfrentamentos militares e era “impossível fazer-se um juízo acertado destas notícias, visto como os jornais tendem a desmentir uns e afirmar os outros, a verdade destes acontecimentos, segundo as suas conveniências eleitorais”¹⁹. Em seu entendimento, toda aquela violência e desordem que marcaram o início da rebelião eram consequência das disputas entre os partidos e alimentadas por estes, tendo em vista a proximidade das eleições presidenciais:

Fala-se também de um plano, cuja tendência é derrocar o Sr. Sarmiento, e fazer uma transação com a rebelião que dê como resultado a retirada de Entre Rios das tropas nacionais, e ficar a sedição com caráter de comoção local, para deste modo predominar ali o elemento jordanista²⁰.

Esse mesmo tipo de análise esteve nos ofícios enviados pelo diplomata que assumiu interinamente a legação, Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo. Segundo ele:

Inação de maior parte das tropas do Governo (...), muitos jornais desta capital principiaram a atribuir a lentidão que se nota nas operações dirigidas pelo Ministro da Guerra a combinações políticas tendentes a assegurar a candidatura do Dr. Alsina para presidente e a sua própria para Vice Presidente²¹.

Nessas análises, é possível verificar como os diplomatas reforçam algo muito distinto daquela descrição clássica de um caudilho. Para eles, as atuações do general de Entre Rios causavam instabilidades e desordens, mas as ações do governo republicano nacional não eram muito distintas. Eles consideravam que a administração pública na Argentina estava fadada ao fracasso, já que era exercida por homens com interesses mesquinhos e particulares que, com objetivos político-partidários, mantinham uma parte importante do país sob uma revolução. Aquela era a materialização da incapacidade e dos prejuízos inerentes a se viver em um sistema republicano.

¹⁸ João Adrião Chaves para Barão de Visconde de Caravelas. 29/05/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

¹⁹ João Adrião Chaves para Barão de Visconde de Caravelas. 10/06/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

²⁰ João Adrião Chaves para Visconde de Caravelas. 11/06/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

²¹ Alfredo Sergio Teixeira de Macedo para Visconde de Caravelas. 09/07/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

O último momento da rebelião jordanista, em 1876, foi tão breve que pouco ofereceu para análises de Luiz Augusto de Pádua Fleury. Mesmo assim, ele também destacou a dificuldade de se conseguir informações confiáveis e os usos da crise de Entre Rios pelos partidos e políticos na capital. Para ele, a “revolução Jordanista, que a imprensa governista e os sustentadores da atual administração declaram completamente extinta” não podia ainda assim ser, já que “estas notícias exageradas precisam de confirmação e encontram aqui muitos incrédulos que duvidam de sua veracidade pela fonte donde provém”²².

Foi o diplomata Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo quem mais avançou com comparações entre os dois lados em disputa e nas críticas à atuação do governo. Sendo presidente Domingo Faustino Sarmiento, o prestigiado intelectual autor do “Facundo: civilização e barbárie”, de 1845, chama a atenção a forma como o representante do Império brasileiro descreveu a atuação das tropas nacionais em Entre Rios. Segundo ele, em agosto daquele ano, “consta que muitas barbaridades se praticaram na ocasião da invasão da cidade pelas tropas do Governo contra estrangeiros imparciais”²³. Quase um mês depois, ele voltou ao tema ao afirmar: “Não sei ainda que os representantes estrangeiros mais interessados tenham pensado intervir protestando contra semelhante barbaridade, mas passou-me natural que o façam”²⁴.

Para o diplomata imperial brasileiro, não havia muita distinção entre as tropas do governo nacional e as de López Jordán. Aquele entrerriano estava disputando o jogo político como se faziam nas repúblicas – apelando para a violência – e os dois lados eram muito semelhantes. Para deixar isso bem claro, recorreu àquele vocabulário político associado aos federais, aos caudilhos, às montoneras, aos *gauchos*: bárbaros.

Como denominar López Jordán? General ou caudilho?

²² Luiz Augusto de Pádua Fleury para Barão de Cotegipe. 10/12/1876. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1876. Ofícios. Volume 205-4-4.

²³ Alfredo Sergio Teixeira de Macedo para Visconde de Caravelas. 09/08/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

²⁴ Alfredo Sergio Teixeira de Macedo para Visconde de Caravelas. 04/09/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

Durante os três levantamentos jordanistas, os representantes do Império brasileiro seguiram o tema de perto. Ao longo da crise de 1870-1871, foi enviado um total de cento e um ofícios sobre os mais diversos temas tratados pela legação de Buenos Aires, sendo que em catorze deles (14%) havia informações ou comentários sobre o tema. Já durante o levantamento de 1873, foram cento e noventa ofícios remetidos, sendo que trinta e quatro deles abordavam a questão (18% do total). Por fim, durante a breve última tentativa, em fins de 1876, foram doze ofícios, dos quais cinco recorreram ao tema (41% de todos). Ao total, foram cinquenta e um ofícios com informações, comentários e análises sobre a rebelião jordanista. Esses dados demonstram a preocupação daqueles homens com a política doméstica argentina e também ajudam a explicar como eles entenderam e analisaram aquela rebelião em especial.

Descrito como um “caudilho federal” em toda a historiografia, de distintos vieses, Ricardo López Jordán pouco foi assim denominado pelos representantes do Império brasileiro em Buenos Aires, mesmo eles sendo tão críticos ao sistema republicano, aos partidos, às disputas políticas, ao apelo às armas e à desordem, estes últimos tão associados ao caudilhismo. Nem sequer quando a ele foi atribuído o assassinato de Urquiza – outrora um importante aliado do Império – tampouco quando eclodiram as novas tentativas de tomada do poder com as armas, ele foi assim chamado.

Ao analisarmos todos os ofícios do período, encontramos esse vocabulário político sendo empregado somente nos momentos em que se informa cada uma de suas derrotas. Antônio Pedro de Carvalho Borges utilizou o termo somente uma vez, em 16/03/1871: “Tendo concluído a guerra de Entre Rios depois de várias derrotas das forças de Lopez Jordán e tendo já este caudilho emigrado para o Estado Oriental”²⁵. Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo recorreu ao mesmo vocabulário também em momento semelhante, ao informar que as mortes de estrangeiros eram “represália aos

²⁵ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Manoel Francisco Correia. 16/03/1871. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1871. Ofícios. Volume 205-3-14.

estrangeiros em serviço de Jordão (sic) que são aprisionados a pena de morte, que este caudilho decretou para os que apanhasse servindo no Exército Nacional”²⁶.

Luiz Augusto de Pádua Fleury assim denominou o entrerriano em 1874, durante outra intensa crise política, a “Revolução Mitrista”, ao repassar o boato de que “chegou ao Salto Oriental o caudilho López Jordán, que vem oferecer os seus serviços ao Governo Argentino”²⁷. O mesmo diplomata, ao anunciar a terceira e última derrota da rebelião, em 1876, voltou a utilizar tal vocabulário político em duas oportunidades: “O caudilho Lopez Jordán, segundo a mesma imprensa, se acha foragido e derrotado, acompanhado apenas por alguns soldados”²⁸ e, quatro dias depois, “até agora, porém, não dizem onde se encontra detido este famigerado caudilho”²⁹. O Barão de Araujo Gondim, que assumiu a legação quando já findada a última fase da rebelião, escreveu ao Rio de Janeiro e também recorreu ao vocabulário: “o caudilho Entrerriano brevemente deve ser julgado pelo Tribunais Federais da República”³⁰.

Foram apenas cinco ocorrências de “caudilho” em cinquenta e um ofícios referentes às três fases da rebelião. Nos outros quarenta e seis, ele não foi assim denominado, mas sim como general ou sem nenhum qualificativo antes do nome. Seu movimento foi denominado de “rebelião”, “revolução”, “movimento revolucionário”, “rebeldes jordanistas”, “partidários de López Jordán”, todos termos bastante críticos no pensamento conservador brasileiro do período. No entanto, destaca-se nunca terem sido empregados os vocabulários “bárbaro” ou “barbárie”, além da já comentada pouca recorrência de relatos sobre violências e depredações.

Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo, o diplomata com os ofícios mais críticos, usou o vocabulário uma vez antes do fim da crise para se referir a López Jordán em

²⁶ Alfredo Sergio Teixeira de Macedo para Visconde de Caravelas. 04/09/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

²⁷ Luiz Augusto de Pádua Fleury para Visconde de Caravelas. 17/11/1874. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1874. Ofícios. Volume 205-4-1.

²⁸ Luiz Augusto de Pádua Fleury para Barão de Cotegipe. 10/12/1876. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1876. Ofícios. Volume 205-4-4.

²⁹ Luiz Augusto de Pádua Fleury para Barão de Cotegipe. 14/12/1876. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1876. Ofícios. Volume 205-4-4.

³⁰ Barão de Araujo Gondim para Barão de Cotegipe. 16/12/1876. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1876. Ofícios. Volume 205-4-4.

correspondências não à Secretaria de Negócios Estrangeiros, mas ao comandante da frota naval e ao seu colega representante do Império em Montevideu (26/06/1873). Em ofício enviado à Corte, recorreu àquele termo para criticar os militares a serviço do governo nacional. É interessante verificar como, em um mesmo ofício, ele chama os comandantes legalistas de caudilhos, mas não o sublevado:

O exército foi dividido em três corpos. O primeiro comandado pelo Coronel Campos compõe-se de soldados das três armas e de contingentes da guarda nacional reunidos pelo caudilho Velazquez (...). Lopez Jordán dispõe de melhores meios de mobilidade³¹.

Esses dados nos ajudam a entender os usos e as circulações desses vocabulários políticos, de uma forma muito menos incisiva e recorrente que poderia se supor na documentação diplomática do Império brasileiro. Mesmo diante de uma rebelião armada, de suas articulações com os partidos políticos, das tentativas de desestabilizar o país, poucas vezes foi empregado tal termo ao se descrever aquele movimento.

Não deixa de chamar a atenção que López Jordán se refugiou em Santana do Livramento após suas duas primeiras derrotas e o conservador Barão de Araguaia, ao comentar sobre isso em fevereiro de 1872, tenha escrito “comunicando que Lopez Jordán e os mais refugiados naquela Província se acham tranquilos e sem intenção alguma de tomar parte nos sucessos de Corrientes, nem de invadir Entre Rios”³². O “caudilho” da historiografia era o “refugiado” para o Barão de Araguaia.

Os diplomatas e as acusações de promover a desestabilização da Argentina

Em 29 de julho de 1872, o mesmo barão escreveu à Secretaria de Negócios Estrangeiros um ofício duro, de análise da política regional, no qual afirmou, contundentemente, que “a queda e o desmembramento do Império é o sonho risonho da República Argentina, que considera a grandeza e superioridade do Brasil como uma

³¹ Alfredo Sergio Teixeira de Macedo para Visconde de Caravelas. 29/06/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

³² Barão de Araguaia para Manoel Francisco Correia. 12/02/1872. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1872. Ofícios. Volume 205-3-15.

ofensa permanente”³³. Tal colocação é interessante, pois demonstra as desconfianças mútuas entre os corpos diplomáticos e os governos. Ela também esclarece o entendimento, no contexto após a assinatura do tratado Loizaga-Cotegipe com o Paraguai, de que o país vizinho trabalharia contra o Império, quando foi esse governo que não honrou com o acordado em 1865 e assinou a paz em separado. A crise internacional estava muito intensa naquele momento e a convivência de Araguaia com os políticos e as elites portenhas não era a mais simples.

Do lado argentino, havia o mesmo entendimento de que a queda e o desmembramento da República seriam o sonho risonho do Império brasileiro, que consideraria a grandeza da Argentina como uma ofensa permanente, parafraseando o diplomata poeta. Debates sobre a reconquista do que fora anteriormente todo o território do Vice-Reino do Rio da Prata eram recorrentes (ESCUDE, 1988) e textos do agora presidente Sarmiento de décadas anteriores voltaram a circular defendendo essa ideia.

Ao longo dos seis anos de rebelião jordanista, os diplomatas brasileiros foram confrontados com sucessivas acusações de colaboração ou conspiração com os revoltosos de Entre Rios e estes relatos são bastante presentes também na historiografia. Segundo Bernardo Salduna, por exemplo:

Os recursos necessários somente poderiam vir de um lado: o Brasil. Já nas revoltas de 1870 e, sobretudo em 1873, havia gestões para obter este apoio. No entanto, apesar de ter conseguido algum apoio, traduzido em armas e transporte fluvial, as tratativas foram frustradas e pararam na metade do caminho, principalmente porque López Jordán tinha atuado dubiamente, conversou com uns e outros e finalmente não se comprometeu em nada concreto (SALDUNA, 2005, p. 381).

Esse tipo de acusação é recorrente na historiografia argentina que aborda a rebelião jordanista sem, no entanto, apresentar mais fontes do que textos que circularam na imprensa à época. *El Nacional*, um dos grandes jornais de Buenos Aires à época, era bastante incisivo ao associar a situação em Entre Rios, o histórico intervencionismo brasileiro e a oposição entre republicanos e monarquistas. Em dezembro de 1870, por exemplo, publicou:

³³ Barão de Araguaia para Manoel Francisco Correia. 29/07/1872. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1872. Ofícios. Volume 205-3-15.

Como entidade política, como nação que possui um governo determinado, com características próprias e fixas, nos inspira desconfiança. Primeiro, porque jamais veremos com prazer o estabelecimento de um trono no solo americano; segundo, porque os antecedentes políticos do Império bastam e sobram para que se duvide de sua lealdade com as repúblicas do Prata (...). Sempre que o Brasil entra em nossos assuntos internos, algo que ocorre com demasiada frequência, devemos dar o grito de alerta! Porque, voltamos a repetir, não nos inspira confiança nosso ex-aliado. Algum tempo havia passado sem que nos ocupássemos de nosso inquieto vizinho, quando os assuntos de Entre Rios voltaram a colocá-lo na superfície (...). A questão entrerriana parecia que seria uma exceção desta regra geral, mas não o é³⁴.

Os diplomatas do Império precisaram responder a todas essas acusações e as comunicações deles ao ministro trazem sugestões interessantes sobre essa atuação.

Os ataques contra o Império foram intensos no segundo semestre de 1870, após López Jordán ter enviado uma circular a todo o corpo diplomático sediado em Buenos Aires solicitando a colaboração para uma negociação mediada³⁵. Na documentação interna do ministério, é possível verificar que o sublevado entrerriano chegou a enviar um representante para dialogar diretamente com o Visconde do Rio Branco em Montevideu, pedindo pela mediação brasileira³⁶.

Na imprensa portenha, começaram a circular acusações de que a diplomacia imperial estaria negociando o reconhecimento da independência de Entre Rios em troca da reanexação do Uruguai³⁷, o que foi insistentemente desmentido pela diplomacia imperial. Não há sequer uma linha sobre isso nos ofícios enviados pelos representantes do Brasil em Buenos Aires guardados no Arquivo Histórico do Itamaraty. A imprensa de oposição ao ex-presidente Mitre costumava publicar muitos textos contra o Império, procurando atingir aquele político, visto como um aliado incondicional do Rio de Janeiro por conta da guerra contra o Paraguai e suas públicas e notórias boas relações com D. Pedro II e o Visconde do Rio Branco (SILVA, 2020).

³⁴ *El Nacional*, Buenos Aires, 5 de dezembro de 1870. Apud SEGATTO (2017), p. 117.

³⁵ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Visconde de São Vicente. 30/09/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

³⁶ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Visconde de São Vicente. 08/11/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

³⁷ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Visconde de São Vicente. 30/11/1870. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

Propostas como esta citada acima parecem um tanto irrealis, visto que a ocupação da antiga Cisplatina conflagraria não apenas uma nova guerra regional, como também seria uma provocação ao Império Britânico, articulador e garantidor dos protocolos de paz de 1828. Esse caso específico parece mais conectado ao clima geral do pós-guerra e das suspeitas sobre o Império – como este também suspeitava da Argentina – que a planos minimamente factíveis.

No entanto, outros fatos também indicavam uma atuação ativa e um tanto hostil da Marinha do Brasil. O caso mais emblemático ocorreu na cidade portuária de La Paz, às margens do rio Paraná, tomada pelos jordanistas. Sob o pretexto de defender navios brasileiros que viajavam pela rota para o Paraguai, o Visconde do Rio Branco enviou àquele porto um dos encouraçados brasileiros, o “Bahia”. A muitos pareceu que a poderosa embarcação mais protegia o porto jordanista que o tráfego de embarcações sob a bandeira do Império. Segundo o diplomata Antônio Pedro de Carvalho Borges:

segundo me tem constado e me foi depois referido pelo Sr. Ministro de Relações Exteriores da República, que o General Lopez Jordán alimenta as esperanças da gente que ainda o rodeia, falando-lhes em armamentos e outros recursos que podiam receber por intermédio dos brasileiros no porto da Paz, pareceu-me conveniente pedir ao Sr. Chefe da Estação Naval que mandasse retirar dali o Encouraçado “Bahia”³⁸.

A mesma cidade, tomada mais uma vez pelos jordanistas no levante de 1873, serviu de novo foco de tensão entre os dois governos, já que as acusações dessa vez não ficaram em um apoio implícito, mas sim no uso de navios brasileiros para o transporte de correspondências. O chanceler argentino, Carlos Tejedor, chegou a interpelar formalmente Alfredo Sérgio Teixeira de Macedo (26/06/1873) e as investigações levadas a cabo pelo diplomata, apenas Ministro Interno do Império em Buenos Aires, fizeram com que ele escrevesse um duro ofício confidencial ao ministro, o Visconde de Caravelas.

Ao que ele levantou, não apenas um navio privado de súditos do Império havia levado cartas e suprimentos aos rebeldes jordanistas, mas um navio de transporte da Marinha Imperial, o “Leopoldina”, estava envolvido diretamente. Ele havia zarpado do

³⁸ Antônio Pedro de Carvalho Borges para Visconde de São Vicente. 04/03/1871. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1871. Ofícios. Volume 205-3-14.

Rio de Janeiro com um carregamento supostamente particular de um brasileiro. Em Montevideu, teria recebido mais cargas privadas e tudo teria sido desembarcado em La Paz, junto da citada correspondência que originou a acusação argentina.

O procedimento de utilizar um súdito do Império para ações de intervenção na política doméstica de países vizinhos não era uma novidade, como foi o caso dos empréstimos em nome de Irineu Evangelista de Sousa, o futuro Barão de Mauá, à oposição uruguaia em 1850 (MESSIAS, 2021, p. 98). Tal prática não era desconhecida do diplomata brasileiro e ele escreveu incomodado à Secretaria de Negócios Estrangeiros: “Denunciando estes fatos a V. Excia. cumpro meu dever e não sei a quantos nem a quem vou comprometer”³⁹. Ao finalizar sua correspondência, ele reforçou sua insatisfação e incômodo com a situação, mas demonstrou também a certeza de como devia se portar, enquanto representante formal do Império: “Está entendido que se o Sr. Tejedor me falar de novo nestas coisas continuarei a mostrar-me desconhecedor de tudo. Entretanto sinto algum embaraço para dar cumprimento às ordens de V. Excia”⁴⁰. O assunto não voltou a ser abordado em seus ofícios nem nos de seus sucessores. Duas semanas após o envio desse ofício, o Barão de Araguaia já havia retornado a Buenos Aires e assumido o posto. É importante destacar que esse breve intervalo de tempo inviabiliza qualquer possibilidade de uma represália imediata a Teixeira de Macedo.

Mais que investigar acusações sobre uma intervenção secreta do Império pela desestabilização da Argentina – que somente seria viável com o acesso a diferentes arquivos nos dois países –, interessa-nos aqui explorar como o diplomata brasileiro ficou incomodado com o que ele entendeu como uma ação encoberta do Brasil. Ela teria sido em prol de uma rebelião comandada por alguém que ele denominou de “caudilho” nos ofícios enviados ao comandante naval e a seu colega em Montevideu. As instruções oficiais por ele recebidas eram sobre uma neutralidade e ele resolveu denunciar ao ministro um movimento que seria contra essas ordens e a favor de um daqueles tão execrados líderes políticos e militares hispano-americanos violentos.

³⁹ Alfredo Sergio Teixeira de Macedo para Visconde de Caravelas. 04/09/1873. AHI, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

⁴⁰ Idem.

Além disso, a investigação promovida pelo diplomata também explicita os grandes negócios da guerra. Fosse por motivos políticos ou apenas financeiros, ele levantou uma rede de comerciantes brasileiros que vendiam uma série de produtos não identificados aos rebelados jordanistas. A origem dos recursos usados naquela aquisição poderia ser do próprio Estado Imperial – como acusa a historiografia argentina – ou dos apoiadores argentinos e uruguaiois de López Jordán, ou ainda de aliados não estatais brasileiros, todos estes atores importantes e sempre muito articulados na região platina, com interesses econômicos que ultrapassavam as fronteiras entre os Estados. Esse tipo de rede que não se encaixa propriamente na lógica das relações interestatais, mas que se articula também com as diplomacias, foi bastante influente nas décadas anteriores na região (CORONATO, 2020).

Considerações finais

Ao longo de sete anos, entre 1870 e 1876, as relações entre o Império brasileiro e a República Argentina foram marcadas por disputas e tensões relativas ao arranjo regional do pós-guerra contra o Paraguai. Ao longo desse período, os representantes brasileiros em Buenos Aires também demonstraram profundo interesse e preocupação com os assuntos de política doméstica daquele país. Um dos temas mais abordados ao longo do período foi a duradoura rebelião de Ricardo López Jordán na província de Entre Rios, rica e vizinha ao Rio Grande do Sul.

A análise de centenas de ofícios enviados por aqueles diplomatas no período apresenta padrões de semelhança, apesar da alternância entre os remetentes. Eles foram profundamente críticos ao uso da força militar em disputa partidária, expressando vinculação ao ideal conservador do Império, crítico às disputas políticas, associadas à desestabilização social e à desordem. Vivendo em um país republicano, eles descreveram aquela situação a partir de seus referenciais, experiências e concepções, com um olhar imperial.

As críticas foram recorrentes ao que chamaram de uma inabilidade do governo para solucionar a crise, procurando explicitar à Secretaria de Negócios Estrangeiros na Corte uma vinculação entre aquele levante militar e articulações entre os partidos, candidatos e generais nas eleições vindouras. Em suas análises, as críticas foram

indiscriminadas ao presidente Domingo Faustino Sarmiento, aos comandantes militares e ao próprio Ricardo López Jordán.

Essa mesma instabilidade e as articulações políticas tão criticadas, no entanto, não levaram a uma análise dura do movimento armado. Sem ter muita clareza sobre como aquela situação se resolveria, os representantes do Império em Buenos Aires evitaram utilizar vocabulário político mais crítico ao general governador sublevado, chamando-o de caudilho somente após suas três derrotas. Apesar de aquele comandante militar ser assim denominado pela historiografia e das características de sua atuação e de seu levante se encaixarem em tal categoria analítica, houve uma inesperada baixa ocorrência do termo nos ofícios diplomáticos brasileiros.

A historiografia argentina destaca as muitas acusações contemporâneas sobre uma aproximação, eventualmente aliança ou conspiração, entre os revoltos entrerrianos e a diplomacia imperial. Já os analistas brasileiros da política externa do período destacam a satisfação dos objetivos geopolíticos do Império e a própria crise política do regime. Ambas as interpretações encontram ecos na documentação e ajudam a compreender por que os diplomatas escreviam sobre o “general López Jordán”, não sobre o “caudilho”.

Há uma mal explicada colaboração da Marinha Imperial com o governo revoltado de Entre Rios, mas a documentação não apresenta ordens tampouco uma participação ativa e oficial da diplomacia brasileira no caso, apesar de o general e seus homens terem recebido asilo em Santana do Livramento após as derrotas de 1871 e 1873. A mesma documentação também é marcada por um esforço dos representantes do Império em afastar as acusações de ingerência, trabalhando muito intensamente para garantir a estabilização da região.

Ricardo López Jordán, “o último caudilho federal em armas” da historiografia argentina, quase nunca foi assim retratado nos ofícios dos diplomatas brasileiros em Buenos Aires. Desde sua sublevação até sua queda, sempre foi o “general López Jordán”. Somente quando derrotado foi assim denominado, o que demonstra um uso atento e criterioso pelos diferentes remetentes dos ofícios. A eles, toda a política republicana era equivocada e a participação dos militares nas disputas partidárias, um erro. A crítica monarquista já estava clara: a desordem e a instabilidade estavam

instauradas. No entanto, por vezes um “caudilho” poderia ser um aliado, como o caso do assassinado Justo José de Urquiza demonstrou.

A análise dessa documentação demonstra como novas questões podem ser colocadas para materiais tão tradicionais para a historiografia, tantas vezes já vistos. Além das negociações internacionais e dos embates com a chancelaria do país vizinho, os ofícios enviados pelos diplomatas brasileiros apresentam um olhar imperial sobre a sociedade republicana, caracterizada pela desordem e instabilidade. Em suas críticas às disputas políticas daquele regime de governo, eles pouco recorreram a “caudilho”, vocabulário tão caro à historiografia e aos debates públicos da época.

Fontes consultadas

Arquivo Histórico do Itamaraty, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1870. Ofícios. Volume 205-3-14.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1871. Ofícios. Volume 205-3-14.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1872. Ofícios. Volume 205-3-15.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1873. Ofícios. Volume 205-3-16.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1874. Ofícios. Volume 205-4-1.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Comunicações entre a Secretaria e legações no exterior. Buenos Aires, 1876. Ofícios. Volume 205-4-4.

Arquivo Nacional, registro de autoridades, disponível em <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/chaves-joao-adriao-chaves-1834-1890>

Referências Bibliográficas

ALABART, Mónica. Gauchos, montoneras y caudillos: una interpretación a través de la historieta *El Chumbiao*, de Fermín Chávez y Juan Arancio. *Folia Historica Del Noreste*, n. 24, 2015.

ALABART, Mónica; PÉREZ, Mariana. Morir sin gloria. Reflexiones sobre los significados políticos de la muerte de Justo José de Urquiza. In: BRAGONI, Beatriz; CUCCHI, Laura; LANTERI, Ana Laura (Coord.). *Las tramas del poder: instituciones, liderazgos y vida política en la Argentina del siglo XIX*. Mendoza: INCIHUSA

- CONICET; Buenos Aires: Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” – UBA CONICET, 2021.
- BOSCH, Beatriz. *Urquiza y su tiempo*. Buenos Aires: Eudeba, 1971.
- BRESSAN, Raquel. *Alianzas, negociaciones y conflictos. Dinámicas de los elencos políticos del litoral de los ríos, 1862-1883*. Rosario: Prohistoria, 2018.
- CARVALHO, Jose Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- CHÁVEZ, Fermín. *Vida y muerte de López Jordán*. Buenos Aires: Theoria, 1957.
- CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (org). *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Grupo editor latinoamericano, 2000.
- CORONATO, Daniel. *Diplomatas & estancieros. A construção nacional brasileira e a busca do equilíbrio de poder no Prata*. Belo Horizonte: Convexa, 2020.
- DE LA FUENTE, Ariel. *Los hijos de Facundo. Caudillos y montoneras en la provincia de La Rioja durante el proceso de formación del Estado Nacional Argentino (1853-1870)*. Buenos Aires: Prometeo, 2007.
- DI MEGLIO, G.; FRADKIN, R. (Comp.) *Hacer política. La participación popular en el siglo XIX rioplatense*. Buenos Aires: Prometeo, 2013.
- DJENDEREDJIAN, Julio. Tormenta perfecta. La rebelión jordanista en Entre Ríos y los efectos del ciclo económico 1864-1873. In: SANTILLI, Daniel; GELMAN, Jorge; FRADKIN, Raúl (Comp.). *Rebeldes con causa. Conflicto y movilización popular en la Argentina del siglo XIX*. Buenos Aires: Prometeo, 2013.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- DUARTE, María Amalia. *Tiempos de rebelión, 1870-1873*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1988.
- DUARTE, María Amalia. *Urquiza y López Jordán*. Buenos Aires: Platero, 1974.
- ESCUDE, Carlos. Argentine territorial nationalism. *Journal of Latin American Studies*, vol. 20, n. 1, 1988, pp. 139-165.
- GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, 2ª edição.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. *O tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MESSIAS, Talita Alves de. *A diplomacia do patacão: guerra, dívida e poder na Bacia do Rio da Prata*. Tese (Doutorado em História). Universidade do Vale do Rio Sinos, São Leopoldo, 2021.

NEWTON, Jorge. *Ricardo López: último caudillo en armas*. Buenos Aires: Plus Ultra, 1974.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Muitos barões para poucos marqueses: a política e as práticas de nobilitação no Segundo Reinado (1840-1889)*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

PASSETTI, Gabriel. A política regional após a Guerra do Paraguai (1870-1881). In: FERREIRA, Leonardo da Costa; LOUREIRO, Marcello José Gomes; ARIAS NETO, José Miguel (Org). *O legado de Marte: olhares múltiplos sobre a Guerra do Paraguai*. Curitiba: Appris, 2021.

PASSETTI, Gabriel. A Revolução Mitrista na Argentina de 1874: contradições entre neutralidade, ordem e estabilidade nos olhos imperiais da diplomacia brasileira. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da; PASSETTI, Gabriel (Org.). *Nas teias da diplomacia: percursos e agentes da Política Externa Brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2022.

PASSETTI, Gabriel. “Estando autorizado pelo Sr. Conselheiro Barão de Andrada”: percursos e limitações da trajetória do diplomata Luiz Augusto de Pádua Fleury em Buenos Aires (1876). *Diálogos*, Maringá, v. 24, n. 3, p. 88-108, 2020.

PÉREZ, Mariana A. “¡Abajo el tirano Urquiza!” Propaganda e identidades políticas en la revolución jordanista de 1870. *PolHis*, Año 13, N° 26, pp. 374-400, 2020.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*, São Paulo, n. 145, 2001.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.

SALDUNA, Bernardo. *La rebelión jordanista*. Buenos Aires: Dunken, 2005.

SCHMIT, Roberto (comp.) *Caudillos, política e instituciones en los orígenes de la Nación Argentina*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2015.

SEGATTO, Bruno. *Ahí está el Brasil sin careta: representações e usos político da guerra e da ocupação do Paraguai na imprensa de Buenos Aires, 1870-1876*. Dissertação (Mestrado em História). PUC-RS, 2017.

SENEGAGLIA, Francisco. *López Jordán: el último federal*. Buenos Aires: Marea, 2018.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Escrita da História, diplomacia e nação em perspectiva dialógica: as ideias históricas de Bartolomé Mitre e o Brasil. In: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da; TERRA, Paulo Cruz; PEREIRA, Ana Carolina

Huguenin (org). *Narrativas da formação da nacionalidade: nação, identidade e memória no Brasil e na Ibero-América*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020, pp. 71-98.

SVAMPA, Maristella. La dialéctica entre lo nuevo y lo viejo: sobre los usos y nociones del caudillismo en la Argentina durante el siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 2005, 2ª edição.

VÁSQUEZ, Aníbal S. *Caudillos entrerrianos: López Jordán*. Casa Pedrassi, 1937.